

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2023 e o
relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15



ITATIM

LINHAS DE TRANSMISSÃO DO ITATIM S.A.

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da **Linha de Transmissão do Itatim S.A. (“LTI” ou “Companhia”)** para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A **Linha de Transmissão do Itatim S.A. (“LTI” ou “Companhia”)** atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 15 anos de existência. Em 2023, a Concessionária manteve as atividades de operação e manutenção de oito subestações e 911,71 km de linhas com capacidade instalada de 440/230/138 kV, autorizada conforme Contrato de Concessão nº 007/2009.

Transmissão

Contando com oito subestações e 911,71 km de linhas de transmissão, nas tensões de 440/230/138 kV, a área de transmissão da Outorgada transporta tanto a energia recebida do Sistema Interligado (vide detalhamento no quadro abaixo). Além de usar suas linhas de transmissão para prover energia a consumidores em Campo Grande (Mato Grosso do Sul) e Goianésia (Goiânia), a Outorgada transmite energia para outras empresas usuárias do Sistema Interligado Brasileiro, conectando usinas de energia renovável.

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas

Linhas de Transmissão	Circuito	Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
LT 230 kV ILHA SOLTEIRA 2 /INOCENCIA	3	230	237,6	--	22/11/2010	23/04/2039
LT 230 kV INOCENCIA /CHAPADAO	3	230	402,27	--	22/11/2010	23/04/2039
LT 440 kV ILHA SOLTEIRA /ILHA SOLTEIRA 2	2	440	18,08	--	22/11/2010	23/04/2039
LT 138 kV CHAPADAO /GUATAMBU C-1	1	138	33,17	--	04/02/2012	23/04/2039
LT 138 kV CHAPADAO /UTE COSTA RICA C-1	1	138	108	--	30/12/2011	23/04/2039
LT 138 kV CHAPADAO /UTE P. DAS AGUAS C-1	1	138	61	--	06/12/2011	23/04/2039
LT 138 kV GUATAMBU /PCH INDAIA GRANDE C-1	1	138	11,77	--	25/04/2012	23/04/2039
LT 138 kV GUATAMBU /UTE NARDINI C-1	1	138	50,24	--	27/07/2014	23/04/2039
LT 138 kV GUATAMBU /PCH INDAIAZINHO	1	138	0,5	--	25/04/2012	23/04/2039
		Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
Transformador	Quantidade					
TR 440/230 kV ILHA SOLTEIRA 2	3	440/230	--	1.350	22/11/2010	23/04/2039
TR 230/138 kV CHAPADAO	2	230/138	--	450	30/10/2011	23/04/2039



ITATIM

LINHAS DE TRANSMISSÃO DO ITATIM S.A.

Linhas de Transmissão em Operação - Características financeiras – Projetos de Linhas

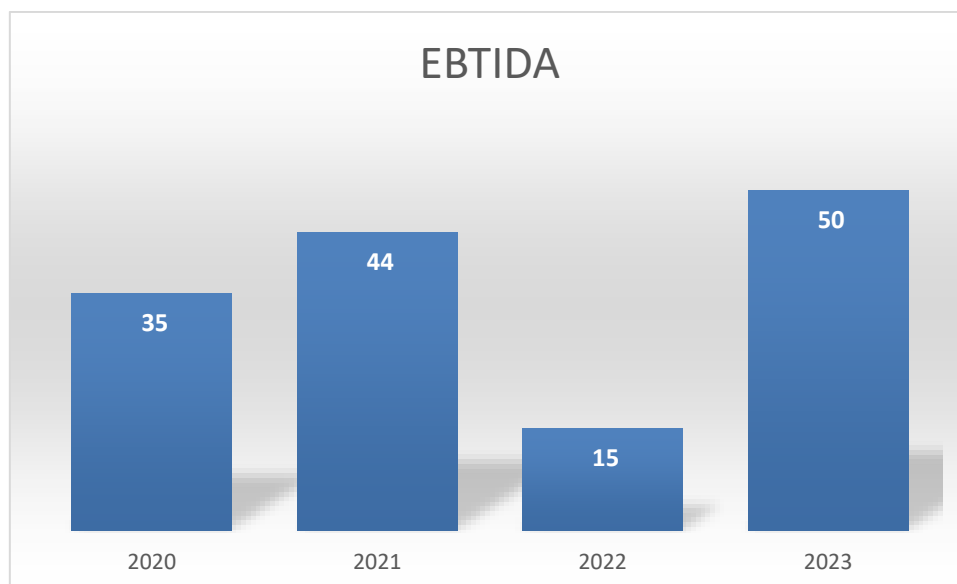
Linhas de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
LT Itatim	ITATIM	89.799	89.799	2024	Junho	IPCA

Em vista das linhas em operação, da entrada em operação comercial das linhas em construção, inclusive dos novos reforços com respectiva RAP e autorizados pela ANEEL e dos projetos vencidos mediante licitação, a RAP esperada é de R\$ 93,7 milhões para 2024 (evolução de 7% em relação a 2023) e de R\$ 87,2 milhões para 2025 (redução de 7% em relação a 2024), conforme quadro a seguir:

2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
83.442	89.799	93.683	87.164	73.437	76.008	78.668

Desempenho econômico-financeiro

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 46 milhões, contra R\$ 39 milhões em 2022, um crescimento de 18%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 56 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 48 milhões. Esse aumento de 16 % resulta do reajuste médio tarifário que em 2023 teve aumento de 4%. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 10% contra 9% em 2022. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 50 milhões, superior em 227% a 2022, que foi de R\$ 15,3 milhões, conforme evolução abaixo:



Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.



ITATIM

LINHAS DE TRANSMISSÃO DO ITATIM S.A.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa	
Auditor Independente (Em milhares de reais)	2023
KPMG Auditores Independentes	59
Total	59

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Linhas de Transmissão do Itatim S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Linhas de Transmissão do Itatim S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 01 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

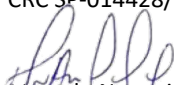
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais mil)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	60.642	25.254
Concessionárias e permissionárias	9	8.976	8.743
Contas a receber - partes relacionadas	26	588	588
Almoxarifado	10	4.157	4.885
Adiantamento a fornecedores		73	118
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		4.270	192
Impostos a recuperar		81	410
Outros ativos circulantes		1.119	3.409
		79.906	43.599
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	11	-	5.080
Imobilizado não vinculado à concessão	12	1.043	1.303
Imobilizado	12	377.479	389.299
Intangível	13	35.912	35.599
		414.434	431.281
Total do ativo		494.340	474.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais mil)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros		710	711
Fornecedores - partes relacionadas	26	2.608	2.435
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	8.162	1.036
Outros impostos a pagar	14	1.191	1.124
Taxas regulamentares	15	1.864	5.746
Dividendos propostos	18	343	155
Outros passivos circulantes		1.178	1.695
		16.056	12.902
Passivo não circulante			
Outros passivos não circulantes	17	14.769	15.264
		14.769	15.264
Patrimônio líquido	18		
Capital social		411.360	411.360
Reserva de Lucros		34.160	29.280
Reserva Legal		14.810	13.002
Lucro / (prejuízo) acumulado		3.185	(6.928)
		463.515	446.714
Total do passivo e do patrimônio líquido		494.340	474.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais mil)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	19	85.824	78.461
Custo da operação	20	<u>(30.088)</u>	<u>(30.369)</u>
Lucro bruto		55.736	48.092
Despesas gerais e administrativas	21	(3.421)	(7.314)
Outras (despesas) receitas operacionais		<u>(70)</u>	<u>(266)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		52.245	40.512
Resultado financeiro	23	<u>4.862</u>	<u>2.579</u>
Receita financeira		4.976	3.086
Despesa financeira		(114)	(507)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>57.107</u>	<u>43.091</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(10.838)	(4.231)
Lucro líquido do exercício		<u>46.269</u>	<u>38.860</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	46.269	38.860
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>46.269</u>	<u>38.860</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Lucros / (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	411.360	12.186	59.549	(29.467)	453.628
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.860	38.860
Constituição da reserva legal (nota explicativa 18)	-	816	-	(816)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 18)	-	-	(30.269)	30.269	-
Dividendos Propostos (nota explicativa 18)	-	-	-	(155)	(155)
Dividendos Intermediários (nota explicativa 18)	-	-	-	(45.619)	(45.619)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	411.360	13.002	29.280	(6.928)	446.714
Lucro líquido do exercício	-	-	-	46.269	46.269
Constituição da reserva legal (nota explicativa 18)	-	1.808	-	(1.808)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 18)	-	-	34.005	(34.005)	-
Dividendos Propostos (nota explicativa 18)	-	-	-	(343)	(343)
Dividendos intermediários (nota explicativa 18)	-	-	(29.125)	-	(29.125)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	411.360	14.810	34.160	3.185	463.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		57.107	43.091
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização	12/ 13	16.729	16.079
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		-	(64)
Baixa de imobilizado e intangível	12/ 13	-	719
Amortização - Obrigações especiais		(495)	(507)
Rendimento títulos e valores mobiliários	11	(301)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	6	368
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(239)	(1.718)
Contas a receber - partes relacionadas		-	(344)
Imobilizado e Intangível	12/ 13	235	215
Almoxarifado		728	95
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(4.078)	(31)
Outros impostos a recuperar		329	(367)
Adiantamentos a fornecedores		45	(50)
Outros ativos		2.290	(393)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		(1)	214
Fornecedores – partes relacionadas		173	(1.014)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		7.337	(469)
Outros impostos a pagar		10.262	8.798
Taxas regulamentares		(3.882)	694
Outros impostos pagos		(10.195)	(8.375)
Outros passivos		(517)	463
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		75.533	57.404
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(11.049)	(3.352)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		64.484	54.052
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	12/ 13	(5.197)	(3.312)
Aplicação títulos e valores mobiliários	11	-	(5.080)
Resgate títulos e valores mobiliários	11	5.381	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		184	(8.392)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	18	(29.280)	(46.018)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(29.280)	(46.018)
(Redução)/ Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		35.388	(358)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		25.254	25.612
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		60.642	25.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Linhas de Transmissão do Itatim S.A. (“Itatim” e/ou “Companhia”) é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro, com filiais em Campo Grande - MS e Ribeirão Preto – SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia iniciou suas operações conforme abaixo:

Trecho	Início da operação
SEs Ilha Solteira II, Inocência e ampliação da Ilha Solteira I	05/11/2010
Rede Básica 230kV/440kV	05/11/2010
Subestação Rebaixadora (SE Chapadão)	29/12/2011
Chapadão - Guatambu, Costa Rica e Indaiá Grande	29/12/2011
Canteiros de Obras Chapadão do Sul (LO Canteiros)	29/12/2011
SE Guatambu	05/03/2012
SE Chapadão – SE Porto das Águas	26/04/2012

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

As atividades da Companhia estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 007/2009, firmado com a ANEEL em 23 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

Os equipamentos e instalações relativos ao Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e ao Interesse Exclusivo e Caráter Individual de Centrais de Geração (IEG) deverão ser transferidos à concessionária de distribuição local, sem ônus, em 1º de julho de 2025, excetuados os transformadores integrantes das ICG e suas conexões. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 912 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 31.334 (trinta e um milhões, trezentos e trinta e quatro mil reais) (valor histórico). A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definida no contrato.

A RAP será corrigida anualmente, no mês de julho de cada exercício, com base na variação anual do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato.

Em 13 de julho de 2021 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 78.819 (setenta e oito milhões, oitocentos e dezenove mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 88.065 (oitenta e oito milhões e sessenta e cinco mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 4 de julho de 2023 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 91.531 (noventa e um milhões, quinhentos e trinta e um mil reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração em 29 de abril de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende

vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis regulatórias. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações contábeis regulatórias. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Principais Práticas contábeis regulatórias (2022: Resumo das práticas contábeis regulatórias) e 5 Resumo das práticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações..

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas páginas 18 a 24, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 12 - Imobilizado e 13 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis

já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4.3 Obrigações especiais vinculadas à concessão

A obrigação especial trata-se de uma doação compulsória que a empresa tem que receber devido a compartilhamentos de subestações. Conforme definições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico o saldo de obrigações especiais deverá ser amortizado aplicando-se a taxa média da atividade.

5 Resumo das principais práticas contábeis materiais (regulatórias e societárias)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

5.3 Almojarifado

Os almojarifados são compostos essencialmente por materiais de almojarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo de contrato que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos almojarifados é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para almojarifados de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

5.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

5.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.10 Instrumentos financeiros

a. *Ativos financeiros*

- Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo

financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

5.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.12 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6 Novas normas e interpretações não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras regulatórias da companhia.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações contábeis regulatórias a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

7 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		79.906	65.497	145.403	43.599	63.210	106.809
Caixa e equivalentes de caixa		60.642	-	60.642	25.254	-	25.254
Concessionárias e permissionárias		8.976	-	8.976	8.743	-	8.743
Contas a receber – partes relacionadas		588	-	588	588	-	588
Adiantamentos a fornecedores		73	-	73	118	-	118
Imposto de renda e Contribuição social a recuperar		4.270	-	4.270	192	-	192
Impostos a recuperar		81	-	81	410	-	410
Estoques		4.157	-	4.157	4.885	-	4.885
Ativos de contrato	a	-	65.497	65.497	-	63.210	63.210
Outros ativos circulantes		1.119	-	1.119	3.409	-	3.409
Ativo não circulante		414.434	(4.272)	410.162	431.281	1.694	432.975
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	5.080	-	5.080
Ativos de contrato	a	-	407.403	407.403	-	424.961	424.961
Imobilizado não vinculado à concessão		1.043	-	1.043	1.303	-	1.303
Imobilizado	b	377.479	(377.312)	167	389.299	(388.941)	358
Intangível	b	35.912	(34.363)	1.549	35.599	(34.326)	1.273
		494.340	61.225	555.565	474.880	64.904	539.784

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2023 com relatório do
auditor independente

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		16.056	-	16.056	12.902	-	12.902
Fornecedores - terceiros		710	-	710	711	-	711
Fornecedores - partes relacionadas		2.608	-	2.608	2.435	-	2.435
Imposto de renda e contribuição social a pagar		8.162	-	8.162	1.036	-	1.036
Outros impostos a pagar		1.191	-	1.191	1.124	-	1.124
Taxas regulamentares		1.864	-	1.864	5.746	-	5.746
Dividendos propostos		343	-	343	155	-	155
Outros passivos circulantes		1.178	-	1.178	1.695	-	1.695
Passivo não circulante		14.769	64.410	79.179	15.264	57.976	73.240
Impostos diferidos	c	-	64.410	64.410	-	57.976	57.976
Outros passivos não circulantes		14.769	-	14.769	15.264	-	15.264
		463.515	(3.185)	460.330	446.714	6.928	453.642
Capital social		411.360	-	411.360	411.360	-	411.360
Reserva de Lucros		34.160	-	34.160	29.280	-	29.280
Reserva Legal		14.810	-	14.810	13.002	-	13.002
Prejuízo acumulado	d/e	3.185	(3.185)	-	(6.928)	6.928	-
		494.340	61.225	555.565	474.880	64.904	539.784

*Linhas de Transmissão do Itatim S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2023 com relatório do
auditor independente*

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	85.824	(13.859)	71.965	78.461	(39.388)	39.073
Custo da operação	e	(30.088)	11.591	(18.497)	(30.369)	14.247	(16.122)
Lucro bruto		55.736	(2.268)	53.468	48.092	(25.141)	22.951
Despesas gerais e administrativas		(3.421)	-	(3.421)	(7.314)	-	(7.314)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(70)	-	(70)	(266)	-	(266)
Resultado antes do resultado financeiro		52.245	(2.268)	49.977	40.512	(25.141)	15.371
Resultado financeiro		4.862	-	4.862	2.579	-	2.579
Receita financeira		4.976	-	4.976	3.086	-	3.086
Despesa financeira		(114)	-	(114)	(507)	-	(507)
Lucro antes dos impostos		57.107	(2.268)	54.839	43.091	(25.141)	17.950
IRPJ e CSLL correntes	c	(10.838)	-	(10.838)	(4.231)	-	(4.231)
IRPJ e CSLL diferidos		-	(7.845)	(7.845)	-	2.600	2.600
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		46.269	(10.113)	36.156	38.860	(22.541)	16.319

7.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido societário	460.330	453.642
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(472.900)	(488.171)
Imobilizado	377.312	388.941
Intangível	34.363	34.326
Impostos diferidos passivos	64.410	57.976
Patrimônio Líquido regulatório	463.515	446.714

7.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido conforme contabilidade societária	36.156	16.319
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(47.999)	(49.315)
Margem de construção	78.024	70.645
Outras receitas	(14.753)	(8.823)
PIS/COFINS Diferido	(1.413)	26.881
Depreciação e amortização regulatória	(15.582)	(15.165)
Custo de Operação e Manutenção	3.991	918
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	7.845	(2.600)
Lucro líquido regulatório	46.269	38.860

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

- (a) Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

No que tange à contabilidade regulatória tal prática não foi recepcionada pela ANEEL, que não reconhece receita de construção.

- (b) Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 4.2.

e. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

f. Outros passivos não circulantes – (Obrigações Especiais).

As obrigações especiais são ativos vinculados à concessão, amortizadas conforme a taxa média de depreciação do grupo do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos, nota explicativa 4.3 - Resumo das principais práticas contábeis regulatórias materiais.

No que tange à contabilidade regulatória tal pratica não foi recepcionada pela ANEEL, que não reconhece o custo do investimento e da construção.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa		
Banco	303	353
Aplicações financeiras (i)	60.339	24.901
	60.642	25.254

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 103,38% do CDI em 2023 e de 102,72% do CDI em 2022. A variação positiva no caixa da empresa refere-se a sobra de caixa aplicadas no exercício em função principalmente de maiores receitas como o reajuste anual de RAP (correção da inflação), redução de 36% no pagamento de dividendos, resgate do saldo do não circulante referente ao saldo mínimo exigido pelo BNDES e aumento da receita financeira em função do CDI ainda permanecer em um patamar elevado.

9 Concessionárias e permissionárias

Todos os todos clientes da Companhia são classificados como industriais ou estão envolvidos na prestação de serviços diretamente relacionados à indústria

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	7.176	8.257
Vencidas até 30 dias	22	10
Vencidas até 60 dias (i)	199	2
Vencidas até 90 dias (i)	483	5
Vencidas até 120 dias (i)	200	7
Vencidas até 180 dias (i)	346	345
Vencidas entre 180 e 360 dias (i)	129	380
Vencidas acima de 360 dias (i)	811	121
	9.366	9.127
(-) Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) (ii)	(390)	(384)
	8.976	8.743

- (i) O aumento em 2023 é decorrente das provisões de AVCs complementares referentes a rescisões de contrato dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia ainda não recebidos.
- (ii) A Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(384)	(16)
Reversão	2	1
Adição	(8)	(369)
Saldo final (i)	(390)	(384)

- (i) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos.

10 Almoxarifado

	31/12/2023	31/12/2022
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	4.157	4.885
	4.157	4.885

- (i) As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

11 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2023	31/12/2022
Conta reserva – financiamentos (i)	-	5.080
	-	5.080

- (i) O saldo apresentado como não circulante refere-se ao saldo mínimo exigido pelo BNDES durante o prazo de financiamento. A Companhia já quitou integralmente o empréstimo com o BNDES em 2019, porém ainda ficaram algumas ações pendentes referentes ao projeto social. Em 2023, todas as pendências foram sanadas e o BNDES emitiu o termo de quitação e, por isso, conseguimos fazer o resgate desta conta.

12 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	548.603	-	-	3.732	552.335	3.732	(190.294)	362.041	374.405
Terrenos	5.978	-	-	-	5.978	-	-	5.978	5.978
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.872	-	-	229	17.101	229	(7.000)	10.101	10.466
Máquinas e equipamentos	524.914	-	-	2.940	527.854	2.940	(182.796)	345.058	357.502
Veículos	835	-	-	543	1.378	543	(490)	888	456
Móveis e utensílios	4	-	-	20	24	20	(8)	16	3
Administração	568	-	(140)	13	441	(127)	(285)	156	334
Edificações, obras civis e benfeitorias	140	-	(140)	-	-	(140)	-	-	139
Máquinas e equipamentos	187	-	-	13	200	13	(182)	18	26
Móveis e utensílios	34	-	-	-	34	-	(69)	(35)	1
Veículos	207	-	-	-	207	-	(34)	173	168
	549.171	-	(140)	3.745	552.776	3.605	(190.579)	362.197	374.739
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	14.538	4.515	(48)	(3.732)	15.273	735	-	15.273	14.538
Edificações, obras civis e benfeitorias	62	229	-	(229)	62	-	-	62	62
Máquinas e equipamentos	1.026	145	-	(746)	425	(601)	-	425	1.026
Veículos	-	543	-	(543)	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	20	9	-	(20)	9	(11)	-	9	20
Outros	13.430	3.589	(48)	(2.194)	14.777	1.347	-	14.777	13.430
Administração	22	-	-	(13)	9	(13)	-	9	22
Máquinas e equipamentos	22	-	-	(13)	9	(13)	-	9	22
	14.560	4.515	(48)	(3.745)	15.282	722	-	15.282	14.560
Ativo imobilizado	563.731	4.515	(188)	-	568.058	4.327	(190.579)	377.479	389.299

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2023 com relatório do
auditor independente

	Valor em	Adições	Baixas	Transf.	Valor em	Adições	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
	31/12/2022	(a)	(b)	(c)	31/12/2023	líquidas =	acum.	em 31/12/2023	em 31/12/2022
						(a)-(b)+(c)			
Ativo não vinculado									
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	2.600	-	-	-	2.600	-	(1.557)	1.043	1.303
Ativo não vinculado	2.600	-	-	-	2.600	-	(1.557)	1.043	1.303

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão (i)	7,81%	552.335	(190.294)	362.041	374.405
Administração (i)	7,51%	441	(285)	156	334
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	2.600	(1.557)	1.043	1.303
		<u>555.376</u>	<u>(192.136)</u>	<u>363.240</u>	<u>376.042</u>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado segregadas de acordo com as atividades operacionais:

Taxas anuais de depreciação e amortização (%)

Imobilizado – transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%
Imobilizado não vinculado à concessão (i)	
Máquinas e equipamentos	10,00%

- (i) O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

12.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material / Equipamentos
Transmissão	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	229
Máquinas e Equipamentos	145
Veículos	543
Móveis e Utensílios	9
Projetos - diversos	3.589
Total das adições	4.515

12.2 As principais adições / transferências (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

Transmissão - Descrição do Bem		Grupo	Em R\$ mil
1.	PAINEL MEDICAO - NARI - NRJB2143671910020	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	578
2.	CPC 100 TRANSFORMER TEST SYSTEM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	398
3.	PLATAFORMA AEREA SOCAGE DA 324 FORSTE	VEICULOS	358
4.	CAMINHAO HYUNDAI	VEICULOS	184
5.	RELE RF4UR 125 VDC	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	168
6.	BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) PRINCIPAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	99
7.	BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) REDUNDANTE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	99
8.	BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) PRINCIPAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	99
9.	BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) REDUNDANTE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	99
10.	BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) PRINCIPAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	99
Total das adições			2.181

Administração - Descrição do Bem		Grupo	Em R\$ mil
1.	MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7480	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	7
2.	MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7480	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6
Total das adições			13

12.3 As principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

No exercício de 2023 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço, somente compensações de adiantamento a fornecedores incorridos durante a fase construção.

13 Intangível

b) Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	34.379	-	-	18	34.397	18	(52)	34.345	34.321
Servidões	34.307	-	-	-	34.307	-	-	34.307	34.307
Softwares	72	-	-	18	90	18	(52)	38	14
Administração	1.237	-	-	774	2.011	774	(632)	1.379	933
Softwares	1.237	-	-	774	2.011	774	(632)	1.379	933
	35.616			792	36.408	792	(684)	35.724	35.254
Ativo intangível em curso									
Transmissão	4	32	-	(18)	18	14	-	18	4
Softwares	4	32	-	(18)	18	14	-	18	4
Administração	341	650	(47)	(774)	170	-	-	170	341
Softwares	341	650	(47)	(774)	170	-	-	170	341
	345	682	(47)	(792)	188	14	-	188	345
Ativo Intangível	35.961	682	(47)	-	36.596	806	(684)	35.912	35.599

c) Taxas de amortização

		31/12/2023			31/12/2022
Intangível em serviço	Taxas anuais médias de amortização (%)	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Transmissão (i)	20,00%	34.397	(52)	34.345	34.321
Administração (i)	20,00%	2.011	(632)	1.379	933
		36.408	(684)	35.724	35.254

- (ii) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

13.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Intangível em curso	Outros gastos
Transmissão	
Software	32
Total das adições	32
Administração	
Software	650
Total das adições	650

13.2 As principais adições/transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. SERVIÇO DE ATUALIZAÇÃO DE LICENÇA	SOFTWARE	18
Total das adições		18

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. SERVIÇO DE IMPLANTACAO E DESENVOLVIMENTO	SOFTWARE	132
2. SERVIÇO DE IMPLANTACAO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	SOFTWARE	75
3. SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA	SOFTWARE	56
4. SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA	SOFTWARE	55
5. SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA	SOFTWARE	51
6. SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA	SOFTWARE	49
7. SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA	SOFTWARE	48
8. SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA	SOFTWARE	45
9. SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA	SOFTWARE	45
10. SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA	SOFTWARE	43
Total das adições		599

13.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023
 Não houve baixas de ativo intangível em serviço no exercício de 2023.

14 Impostos e contribuições sociais

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ (i)	6.206	1.036
CSLL (i)	1.956	-
	<u>8.162</u>	<u>1.036</u>

Outros impostos a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	132	121
COFINS	612	565
INSS	225	224
ISS	114	115
Pis/ Cofins/CSLL (PCC)	93	87
Outros	15	12
	<u>1.191</u>	<u>1.124</u>

- (i) Variação refere-se à alteração do regime de tributação no ano calendário de 2022 para o Lucro Real acarretando em mudança de alíquota e recálculo dos impostos diferidos que afetam a base de cálculo dos impostos correntes, ocasionando menor apuração em 2022.

15 Taxas regulamentares

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	787	1.296
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	29	339
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iv)	1.032	4.111
CDE a Pagar (ii)	16	-
	<u>1.864</u>	<u>5.746</u>

(i) **RGR**

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 04 de agosto de 2023, através do Despacho nº 2.737 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 298 (duzentos e noventa e oito mil reais).

(ii) **CDE**

Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE até 31/12/2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem

como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01/01/2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&DI.

(iii) **TFSEE**

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 20 de julho de 2023, através do Despacho nº 2.469 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 344 (trezentos e quarenta e quatro mil reais).

(iv) **P&D**

Conforme a Resolução Aneel 929 de 2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANEEL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

A variação é referente a encerramento do projeto gestão no valor de R\$ 2.794 (dois milhões, setecentos e noventa e quatro mil reais).

16 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

Contingências possíveis (não provisionados)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos trabalhistas, fiscais, cíveis e servidões, conforme segue:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Cível	18	-
Trabalhista (i)	436	1.294
Fiscal (ii)	113.372	102.142
	<u>113.826</u>	<u>103.436</u>

(i) Processos trabalhistas: Referem-se à reclamação trabalhista 0101662-58.2016.5.01.0045 no valor de R\$ 436 (quatrocentos e trinta e seis mil reais) atualmente em fase recursal. A redução de exposição decorre do encerramento da reclamação trabalhista 0101343-20.2019.5.01.0002 no valor de R\$ 34 (trinta e quatro mil reais) em virtude do pagamento da condenação realizado pela companhia.

(ii) Processos Fiscais: Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, que discutem diversos tributos, tais como, IRPJ, CSLL, ICMS e ISS. Variação refere-se substancialmente ao aumento do valor da exposição devido ao andamento dos processos 17227-720.125/2020-50, 0141819-87.2018.8.19.0001, 0319174-21.2017.8.19.0001 e 17227-720.123/2020-61, com valores envolvidos de R\$ 48.098 (quarenta e oito milhões, noventa e oito mil reais), R\$ 29.376 (vinte e nove milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), R\$ 20.225 (vinte milhões, duzentos e vinte e cinco mil reais) e R\$ 15.002 (quinze milhões e dois mil reais), respectivamente. Dois dos feitos encontram-se em discussão na via administrativa, e os outros dois na primeira instância do Judiciário.

17 Outros passivos não circulantes

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigação Especial (i)	14.769	15.264
	14.769	15.264

- (i) Valores recebidos conforme nona subcláusula da cláusula 6 do contrato de concessão 007/2009 e artigo 4 da resolução homologatória 681/2008 que estabelece a doação compulsória devido ao compartilhamento de subestações pelas centrais geradoras de recursos para custeio das instalações de transmissão de interesse exclusivo.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital subscrito e integralizado da companhia é de R\$ 411.360 (quatrocentos e onze milhões, trezentos e sessenta mil reais) dividido em ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1 cada.

A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício societário, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível o montante de R\$ 34.160 (trinta e quatro milhões, cento e sessenta mil reais) e R\$ 29.280 (vinte e nove milhões, duzentos e oitenta mil reais) respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada.

d. Lucro / (prejuízos) acumulados

Conforme demonstrado na nota explicativa 7, as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias impactam diretamente na apuração do resultado da Companhia resultando num lucro acumulado de R\$ 3.185 (três milhões, cento e oitenta e cinco mil reais) em 31 de dezembro de 2023 e num prejuízo de R\$ 6.928 (seis milhões, novecentos e vinte e oito mil reais) em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras regulatórias absorvidos pela retenção de lucros.

e. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício - societário	36.156	16.319
Reserva legal (5%)	(1.808)	(816)
Base de cálculo para os dividendos	34.348	15.503
Dividendo mínimo obrigatório	343	155

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de dividendos que foram pagos ao longo de 2023 e 2022 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprovador	Data aprovação	Pagamento em 2023	Pagamento em 2022
AGO	26/04/2022	-	400
RCA	24/05/2022	-	45.618
AGO	26/04/2023	155	-
RCA	12/06/2023	29.125	-
Total		29.280	46.018

19 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta (i)	99.625	90.645
Receita Quota CDE	444	390
Receita Quota PROINFA	106	101
Receita de rateio de antecipação	(1.190)	(1.490)
Receita de encargos de transmissão	65.542	60.435
Recuperação de PIS e COFINS	6.543	5.952
Receita de novas obras RBNI	126	117
Receita de CCT	26.248	24.877
Outras Receitas Operacionais	98	8
Parcela de ajuste do ciclo anterior (ii)	(1.791)	(1.825)
Descontos Incidentes na TUST	4.242	3.189
Indisponibilidade de equipamentos	(743)	(1.109)
Deduções da receita operacional	(13.801)	(12.184)
PIS	(1.646)	(1.501)
COFINS	(7.581)	(6.913)
RGR	(2.791)	(2.271)
P&D	(857)	(785)
CDE	(476)	(315)
TFSEE	(338)	(313)
Quota PROINFA	(112)	(86)
	85.824	78.461

- (i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2023.
- (ii) Variação decorrente de estorno da provisão estimada em 2022 devido a indisponibilidade de equipamentos e que a que recorremos e que Aneel acatou o recurso e o valor foi estornado em 2023.

20 Custo da operação

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(10.033)	(11.486)
Material	(1.619)	(1.297)
Serviços de terceiros	(1.607)	(1.222)
Tributos	(19)	(10)
Arrendamentos e aluguéis	(28)	(20)
Depreciação e amortização	(15.582)	(15.165)
Seguros	(225)	(186)
Gastos diversos serviços de O&M	(975)	(983)
	<u>(30.088)</u>	<u>(30.369)</u>

- (i) Variação refere-se principalmente na inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de rateio res 699/16 de compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos em julho/2022.

21 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(3.077)	(4.688)
Serviços de terceiros	(523)	(702)
Materiais	(81)	(130)
Arrendamentos e aluguéis	(137)	(126)
Provisão/reversão (ii)	(6)	(368)
Tributos	(130)	(8)
Depreciação e amortização	(378)	(146)
Taxas bancárias	(171)	(249)
Telecomunicações	(454)	(141)
Outras	1.536	(756)
	<u>(3.421)</u>	<u>(7.314)</u>

- (i) A variação refere-se substancialmente ao rateio conf. Res. 699/16 devido a inclusão das empresas XRTE e STE em 2022 conforme detalhado na nota explicativa 25.
- (ii) Variação refere-se a provisão para perda de crédito esperada no exercício de 2022 do AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos conforme nota explicativa 8.

22 Despesa com pessoal

Pessoal - operação	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração	(6.388)	(7.475)
Encargos	(2.254)	(2.529)
Previdência Privada	(80)	(42)
Outros Benefícios - Corrente	(1.287)	(1.394)
Outros	(23)	(46)
	<u>(10.033)</u>	<u>(11.486)</u>

Pessoal - administração	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(1.329)	(1.875)
Encargos	(446)	(726)
Previdência Privada	(31)	(14)
Benefícios	(247)	(341)
Outros	(94)	(423)
Administradores	(930)	(1.309)
	(3.077)	(4.688)
	(13.110)	(16.174)

23 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	4.976	3.086
Receitas de aplicações financeiras (i)	5.204	3.176
Outras receitas financeiras	14	60
Tributos sobre receitas financeiras	(242)	(150)
Despesa financeira	(114)	(507)
Variação monetária	(46)	(38)
Outras despesas financeiras	(68)	(469)
	4.862	2.579

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no decorrer do exercício de 2023, para maiores detalhes vide Nota explicativa 8

24 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro real)

Como determina o Art. 59 da Instrução Normativa 1.700 de 2017, a Companhia alterou o regime de tributação no ano calendário de 2022 para o Lucro Real, pois excedeu o limite anual de R\$ 78.000 (setenta e oito milhões) de receita total. Conforme quadro abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	54.839	17.950
Adições/Exclusões não dedutíveis	87	2.438
Ajustes ICPC 01	(18.825)	(2.737)
Outros	(431)	
Lucro Real	35.670	17.651
Compensação PF/BN (30%)	(3.837)	(4.889)
Lucro Real (Após Compensação)	31.833	12.762
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(7.934)	(3.082)
Inc. Fiscais		
IRPJ devido (25%)	(7.934)	(3.082)
CSLL (9%)	(2.904)	(1.149)
IR e CS correntes	(10.838)	(4.231)
Alíquota efetiva	30%	24%

25 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 25.1, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

25.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	60.642	25.254
Títulos e valores mobiliários		-	5.080
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	26	588	588
Concessionárias e permissionárias	8	8.976	8.743
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - terceiros		710	711
Fornecedores - partes relacionadas	26	2.608	2.435

25.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Ativos financeiros	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalente	60.642	25.254
Contas a receber partes relacionadas	588	588
Concessionária e Permissionárias	8.976	8.743

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

26 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

26.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	588	588
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	588	568
Intercompany PPTE - Despesas gerais – fundo fixo	-	20

26.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas - Curto prazo	2.608	2.435
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.597	2.423
Aluguel (ii)	11	-
Intercompany PPTE - Despesas gerais	-	12
Fornecedores - partes relacionadas - Longo prazo	12	-
Outros passivos não circulantes	12	-
Intercompany PPTE - Despesas gerais	12	-

26.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	(7.958)	(11.269)
Despesa de aluguel (ii)	(7.837)	(11.153)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(121)	(116)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

26.4 Remuneração da Administração (pessoal – Chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	406	507
Benefícios diretos e indiretos	69	89
Encargos	199	302
Provisões (13 salário, férias e bônus)	256	411
Valor total da remuneração	930	1.309

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

27 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme a seguir:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	211.529	211.529
Veículos	Carros	1.019	1.172
		232.548	232.701

Ramon Sade Haddad	Jorge Bauer	Mariana de Oliveira Barbosa
Diretor Presidente	Diretor	Contadora - CRC RJ - 103573/O-2